



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**RESPOSTA AO RECURSO E CONTRA RECURSO ADMINISTRATIVO**

**EMPRESAS:**

**LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA – PROCESSO Nº 4748/2022 (RECURSO).**

**LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL – PROCESSO Nº 4862/2022 (CONTRA RECURSO)**

Processo Licitatório: 0398//2022

Referente à:

**PREGÃO Nº 023/2022**

**DATA DA ABERTURA:** 17 de maio de 2022

**HORÁRIO:** 10:00

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM VISTAS À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISE CLÍNICA (EXAMES BIOQUÍMICOS, HEMATOLÓGICOS E HEMOSTASIAS, SOROLÓGICOS E IMUNOLÓGICOS, COPROLÓGICOS, UROANÁLISES, HORMONAIS, MICROBIOLÓGICOS, IMUNOHEMATOLÓGICOS, EM OUTROS LÍQUIDOS BIOLÓGICOS ETC.), ANATOMIA PATOLÓGICA E CITOPATOLOGICA, CONFORME TABELA SUS - ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA, AOS USUÁRIOS DO SUS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NOS MOLDES DOS ANEXOS I, II, III, IV, V, VI E VII DO REFERIDO EDITAL.

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório foi realizado na modalidade Pregão para pronta contratação, do tipo maior percentual de desconto, com observância da Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº 123/06 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 3.251 de 02 de fevereiro de 2021, e 1738 de 13 de junho de 2007 e as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas posteriores modificações, com as devidas alterações e demais normas complementares. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 28/04/2022, no jornal de grande circulação (Jornal Extra) em 29/04/2022, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

Conforme Ata de Sessão Pública da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto em anexo o procedimento licitatório foi realizado no dia e horário informado acima, tendo presentes a Sra. Pregoeira, **FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**, e os membros **CARLOS DE OLIVEIRA LIMONGI**, **GILBERTO DA COSTA FREITAS** e **PEDRO HENRIQUE MACIEL PEREIRA**. Compareceram ao certame as empresas: **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA** e **LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL**.

Para os prazos do julgamento do presente processo foi considerado o Art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/2002.

**DA TEMPESTIVIDADE:**

Os presentes recursos foram interpostos dentro do prazo legal, portanto tempestivo, pela empresa **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA** em 01 de junho de 2022 e pela empresa **LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL** em 06 de junho de 2022.

## **DOS PEDIDOS:**

Em síntese, o recurso apresentado pela empresa **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA**, alega que o laboratório concorrente formalizou sua proposta para concorrer na licitação na modalidade Pregão Presencial nº 23/2022, sendo CREDENCIADO sob nº de CNPJ 36.528.032/001-01, sediado na Rua Tenente Luiz Meirelles, s/nº - Parte Bom Retiro - Teresópolis/RJ - Cep 25.954-000 e que a documentação juntada pelo laboratório concorrente, após ser declarada vencedora do certame licitatório, não apresenta relação com inscrição de CNPJ relativo a alguma filial, sendo juntado no credenciamento contrato social em nome da matriz e demais certidões e declarações em nome da filial. Informa, ainda, o que diz o manual de registro da empresa individual de responsabilidade eireli. Continuando o relato, faz referência a manifestação do Tribunal de Contas da União que diz "se a matriz participa da licitação, todos os documentos de regularidade fiscal devem ser apresentados em seu nome e de acordo com o seu CNPJ. Ao contrário, se a filial é que participa da licitação, todos os documentos de regularidade fiscal devem ser apresentados em seu nome e de acordo com o seu próprio CNPJ". Destaca que há certos tributos, especialmente INSS e ao FGTS, cuja arrecadação pode ser feita de forma centralizada, abrangendo, portanto, matriz e filiais. Relata que o parecer jurídico que opinou em declarar o laboratório concorrente como vencedor não deve prosperar, que o fato da concorrente ser uma empresa individual não a coloca em patamar para não cumprir requisito legal, pois não se comprova em seu contrato social se tratar de filial. De acordo com a recorrente, não é o fato da referida empresa ser unipessoal ou não, fato que não a coloca em posição privilegiada, mas sim no descumprimento dos requisitos necessários para participar do certame. O fato da sócia administrado constar no quadro social dos dois CNPJ's, não a qualifica ou dá permissão para ser credenciada com um CNPJ (MATRIZ) e juntar documentos da FILIAL. Finalmente, informa que dúvidas não restam que o **LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL** deve ser inabilitado/desclassificado, assim como declarado nulo a juntada dos documentos referente ao CNPJ 36.528.032/0004-54.

Em contra partida, o **LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL** apresenta suas contrarrazões alegando que sua FILIAL foi devidamente e legalmente criada, na 12ª alteração contratual cf. documento em anexo, e todas as alterações contratuais estão consolidadas, na 14ª alteração do contrato social apresentado no certame licitatório, sendo certo que não existe nenhuma dúvida tanto a criação e legitimidade da FILIAL para sua participação no Pregão Presencial, a desleal suspeita da não existência da filial foi dissimuladamente levantada pelo LABORATÓRIO RECORRENTE, que em desprestígio ao princípio de transparência quando oportunizado pela pregoeira não sanou sua desconfiança, mas decidiu produzir falsos e inverídicos argumentos. Informa em seu item 7 que "Destarte, MATRIZ e FILIAL não são pessoas distintas, e a clareza deste juízo é fundamental para elucidar os fatos controversas apontadas". No caso em tela verifica-se que nem todos os documentos podem ser emitidos no CNPJ da filial. Todavia, alguns documentos são emitidos apenas para a matriz e englobam as condições da empresa como um todo. Tais documentos, ainda que estejam no CNPJ da matriz, são suficientes para comprovar a situação da pessoa jurídica, incluindo as filiais. Continua nas suas contrarrazões alegando, não obstante, desta premissa chega-se à conclusão ser perfeitamente possível que a matriz participe da licitação e a filial execute o contrato. É que, a Administração Pública celebra o contrato com a pessoa jurídica e não com determinado estabelecimento empresarial. Informa que o manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União - TCU, apresenta, de forma bem didática a questão. A contra recorrente informa no item 12, caso análogo do Tribunal de Justiça da Santa Catarina. Continua alegando em que se entenda que há autonomia relativa entre matriz e filial, no que diz respeito aos aspectos fiscais e tributários, o entendimento é de que, constituem uma única pessoa jurídica. Cita no item 17 que o Superior Tribunal de Justiça tem pacificado o entendimento do princípio da unicidade patrimonial da sociedade, assinalam que "a filial é uma espécie de estabelecimento empresarial, fazendo parte do acervo patrimonial de única pessoa jurídica, partilhando dos mesmos sócios, contrato social e firma ou denominação da matriz" (REsp 1.355.812).

## **DO JULGAMENTO:**

Sempre é bom lembrar que o Art. 3º da lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 diz: “A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos”.

Observados os ritos legais, foi enviado e-mail para as empresas participantes do certame licitatório para apresentação de contrarrazões no prazo de 03 (três) dias. A empresa **LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL** apresentou suas contrarrazões no prazo previsto em Lei.

A empresa **LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL** credenciou-se no dia da sessão de julgamento junto a Pregoeira e Equipe de Apoio para participar do procedimento licitatório através de seu contrato social da matriz e CNPJ nº 36.528.032/0001-01, sem qualquer menção a filiais ou contrato consolidado da matriz e suas filiais.

Após ser declarada como vencedora, após rodada de lances e, durante verificação da documentação de habilitação, todos os documentos apresentados foram através de sua filial com CNPJ nº 36.528.032/0004-54, inclusive a proposta de preços, com exceção a CND Federal que foi em nome da matriz, que pela própria natureza, comprovadamente é emitido em nome da matriz.

Preliminarmente, informo que o processo licitatório foi suspenso para diligência no dia 17 de maio de 2022, conforme consta em ata de sessão pública, para sanar dúvidas expostas acima. A sessão foi remarcada para o dia 27 de maio de 2022 as 10 horas, quando nesta data foi informado aos participantes a decisão de declarar vencedora do certame a empresa **LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL**, sendo solicitado recurso pela empresa **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA.** A partir deste momento, iniciou-se os prazos estabelecidos em Lei.

A Pregoeira deste Município, instituída pela Portaria nº 04/2022 julga e responde o recurso interposto pelo licitante **LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA.**, insatisfeita com a decisão desta pregoeira que declarou como habilitada e vencedora do Pregão a empresa **LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL**. Diante dos documentos apresentados, faz-se as seguintes observações:

Informa a Recorrida em suas contrarrazões que todas as alterações contratuais estão consolidadas na 14ª alteração do contrato social apresentado no certame licitatório, consolidação essa não encontrada no contrato social apresentada. A 12ª alteração contratual, apresentado juntamente com o processo de contrarrazão não faz parte do procedimento licitatório uma vez que não foi entregue no dia da sessão de julgamento. Que fique claro isso!

Vejamos, o que diz o trecho referente ao Acórdão nº 3442/2013 – Plenário, TCU:

*“40. Convém destacar que, no âmbito de qualquer licitação pública, a fase de habilitação implica apurar a idoneidade e a capacitação de um licitante para contratar com a Administração Pública. Essa apuração é realizada com base na documentação apresentada pela empresa que efetivamente irá executar o objeto licitado. Isso implica dizer que, se uma determinada empresa é organizada sob a forma de uma matriz e diversas filiais, existe uma regra de apresentação da documentação de habilitação. **Se for a própria matriz quem irá executar o objeto licitado, toda a documentação de habilitação a ser apresentada deverá ser expedida em nome da matriz. Por outro lado, se for uma das filiais quem irá efetivamente se obrigar perante a Administração, toda a documentação de habilitação deverá ser encaminhada em nome dessa filial.** Esse entendimento está presente no Relatório e Voto dos Acórdãos 1923/2003 – TCU – 1ª Câmara e 652/2007 –*

*TCU – Plenário. Assim, os mencionados atestados não poderiam ser considerados.”  
(Destacamos.)*

O manual de Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU, nas páginas 461, apresenta a forma de apresentação dos documentos, corroborando, também, com o entendimento acima. Manual esse citado pela **Recorrida**.

Neste sentido, partindo do princípio que a Administração pode rever seus atos a qualquer momento, a Pregoeira revê sua decisão quanto ao item 4.3.5, letra A, entregue pela Recorrida:

#### **4.3.5 - DA HABILITAÇÃO JURIDICA**

**A –** Certidão negativa de Falência, concordata e/ou recuperação judicial **expedida pelo distribuidor da sede de pessoa jurídica**, expedida no domicílio da pessoa física (**art. 31, inciso II da Lei nº 8.666/93**). A certidão acima referida deverá ser apresentada juntamente com a certidão do cartório distribuidor indicando os cartórios competentes. (Destacamos.)

A **LEI Nº 11.101, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2005**, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, fala que:

Art. 3º É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

Segundo o Superior Tribunal de Justiça, sede principal trata-se:

“entende-se como tal onde se acha a sede administrativa da empresa, isto é, o comando dos negócios” STJ – 2ª Seção, CC 1.779-PR,, Rel. Min. NILSON NAVES, j. 14.8.91, p. 12.170.

No contexto acima, matriz é aquele estabelecimento da empresa no qual se exercem a direção e administração da pessoa jurídica, sendo, a certidão de falência e concordata distribuído e julgado pela sede principal da empresa, ou seja, o domicílio da matriz.

Diz o art. 31, inciso II da Lei 8.666/93:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

(...)

**II - certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica**, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física; (Destacamos.)

Sendo assim, de acordo com o apresentado acima, a certidão entregue pela licitante, conforme abaixo, encontra-se em desacordo com o solicitado no edital.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO DCP  
Rua Senhor dos Passos, 37  
CEP: 25.780-000 - SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO (TODOS OS S)

Folha: 1 de 1

Poder Judiciário - T2RJ  
Consignatária Geral da Justiça  
Selo de Fiscalização Eletrônica  
EABQ76733-IQC  
Consulte a validade do selo em  
https://trf3.jus.br/validacao



## CERTIDÃO

O Oficial do Office de Registro de Distribuição desta Comarca, nomeado na forma da lei, CERTIFICA com referencia aos assuntos mencionados, e DA FÉ QUE, revendo em seu poder e Cartório os livros e/ou assentamentos das distribuições em curso relativos a:

- I - Ações privativas das Varas Cíveis, tais como Medidas Cautelares (arrestos, sequestros, buscas e apreensões, notificações e outros), Ordinárias, Sumárias, Despejos, Consignatórias, Execuções, reservas de domínio, anulação ou apreensão ou substituição de títulos, renovatórias e outras ações e precatórias;
- II - Ações privativas das Varas de Família, como separação, divórcio, alimentos e outras ações e precatórias;
- III - Ações privativas das Varas Empresariais, como Falências, Concordatas, Recuperações Judiciais e Extrajudiciais e demais ações e precatórias distribuídas às varas com competência Empresariais;
- IV - Ações privativas das Varas de Órfãos e Sucessões, como inventários, testamentos, arrolamentos, arrecadações, administrações provisórias, tutelas, interdições, curatelas, declarações de ausência e outras ações e precatórias distribuídas às varas com competência em Órfãos e Sucessões;
- V - Ações Acidentárias;
- VI - Ações privativas das Varas de Registro Público, como retificações, averbações, cancelamentos de procurações ou registro de títulos imobiliários e outras ações e precatórias;
- VII - Ações privativas das Varas de Infância, da Juventude e do Idoso, tais como ações cíveis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, ações referentes às infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente, ações de alimentos, embargos de terceiro, mandados de segurança, perda suspensão ou restabelecimento do poder familiar, prestação de contas, remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador, revisão judicial de decisão do Conselho Tutelar, cumprimento de sentença e impugnação ou cumprimento de sentença, e, execuções de alimentos, execução de multa e/ou execução de título judicial;
- VIII - Ações e Precatórias de competência de Juizados Especiais Cíveis, desde três de maio de dois mil e dois até três de maio de dois mil e vinte e dois.

**NADA CONSTA no(s) nome(s) de LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS PROFISSIONAL EIRELI e CNPJ: 36.528.032/0004-54, pesquisado por semelhança.**

Finalidade: Licitação

Observação: Isento

SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO, 03 de maio de 2022.

Eu, MARIO LUIZ DA CUNHA MARTINS - Matr. 8654 - ANALISTA JUDICIÁRIO) das buscas e eu, Mario Luiz da Cunha Martins - Matr. 01/8654 - Escrivão, a subscrevo a certidão.

Mario Luiz da Cunha Martins - Matr. 01/8654

Custas: R\$ 0,00  
Nº GRERJ:

Emitida em 03/05/2022 12:44:38  
Válida somente com Selo de Fiscalização.  
Prazo de validade deste documento: 90 (noventa) dias.  
Senhor usuário, se necessário, é possível obter certidão que abranja outros períodos de consulta para além do pesquisado. Informe-se com o cartório do distribuidor.

Pág. 1 de 1





128  
①

COMARCA DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO - RJ  
DIREÇÃO DO FÓRUM

## DECLARAÇÃO

Eu, Mario Luiz da Cunha Martins, matrícula 01/6654, Analista Judiciário, Secretário da Direção do Fórum da Comarca de São José do Vale do Rio Preto, D E C L A R A, para os devidos fins e para fazer prova junto a quem interessar, atendendo a pedido verbal da Empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICAS PROFISSIONAL EIRELI, inscrita no CNPJ sob número 36.528.032/0004-54 É o único Distribuidor da Comarca, que expede certidões, e que distribui os feitos criminais, cíveis, falências e concordata.

Por ser verdade assino o presente.

São José, 03 Maio de 2022.

  
Mario Luiz da Cunha Martins  
Secretário de Direção 01/6654

68



Não se tem dúvidas que matriz e filial nada mais são do que estabelecimentos de uma mesma pessoa jurídica, tão pouco que é possível que a matriz participe da licitação e a filial execute o contrato. Não é isso mesmo! A questão foi o documento entregue! O contrato social apresentado pela empresa LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL foi em nome da matriz, sem menção de filial, tão pouco o contrato social consolidado e, após ser declarada vencedora os documentos entregues foram em nome da FILIAL. Essa é a questão! Para esta Pregoeira a empresa LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL no credenciamento, entregou o contrato social errado, uma vez que no processo do contrarrecurso da Recorrida esse contrato é apresentado.

Não há de ser falado quanto a proposta mais vantajosa para o Município, tendo em vista que a diferença de percentual de desconto ofertado entre as duas empresas é irrisório (15,0006 % para *LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL* e 15,0000 % para o *LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA*) , conforme Ata de Sessão Pública realizada em 27/05/2022, houveram 679 (seiscentos e setenta e nove) lances entre as empresas acima citadas.

A Procuradoria Geral do Município se manifesta em seu parecer dizendo “que a licitação é uma disputa legal com regras pré-estabelecidas, a serem observadas de forma literal ou restrita. Dentre estas regras, está a apresentação de documentos na primeira fase, ou seja, na habilitação, oportunidade em que os licitantes, após serem submetidos ao exame documental e estando regulares, passam para a fase seguinte, caso contrário, são eliminados quando deixaram de cumprir algum requisito, inexistindo exceções à regra”. (...) Continuando o parecer dizendo “que, apesar de constar a abertura de filial em alteração de contrato social anterior àquela apresentada, não há qualquer menção sobre tal ponto, demonstrando a omissão de existência de filial, evidenciando que não estão consolidados o atos constitutivos da empresa”. (...) Finalizando o parecer a Procuradoria Geral do Município diz que “considerando que não houve a apresentação das alterações contratuais anteriores, de modo a comprovar naquele momento de credenciamento ou habilitação a existência de abertura de filial e inexistência de seu fechamento, é forçoso reconhecer que, neste caso, o Recorrido deve ser excluído, haja vista a regra legal imposta. Isto posto e por tudo mais exposto nos autos dos processos, entendo que assiste razão ao Recorrente no recurso apresentado, devendo ser reconhecida a inabilitação do Recorrido pela incorreta apresentação de documentos no momento de credenciamento”.

### **DA DECISÃO**

Diante do exposto, na qualidade de Pregoeira, e em conjunto com o entendimento do Parecer da Procuradoria Geral do Município, decido rever a posição de ter declarado vencedora e empresa ***LABORATÓRIO DE ANALISES CLINICAS PROFISSIONAL***, acatando o recurso feito pela empresa ***LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA***. Informo que a continuação da licitação para abertura do envelope de documentação da empresa ***LABORATÓRIO 18 DE JULHO DE PATOLOGIA CLINICA LTDA*** será informada em data oportuna, via e-mails aos licitantes e publicado nos meios de comunicação pertinentes. Dê ciência desta decisão aos Requerentes (RECORRENTE E CONTRARRECORRENTE), bem como, que a resposta seja publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>, enviando o presente processo para autoridade superior, o Exmo. Senhor Prefeito para deliberação.

São José do Vale do Rio Preto, 21 de junho de 2022

**FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO**  
Pregoeira